

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

28 OUT 1987

Sistema de governo deve ser definido até o fim da semana

por Andrew Greenlees
de Brasília

O novo cronograma da Constituinte (ver matéria nesta página) determina que seja votado até a próxima segunda-feira o título IV do projeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral, exatamente o trecho que trata do sistema de governo, considerado o tema mais polêmico dos trabalhos constitucionais.

Ontem, parlamentaristas e presidencialistas mobilizavam-se para a votação, que poderá começar amanhã, desde que uma reunião dos líderes partidários, hoje pela manhã, concorde em dar preferência, dentro do título (que aborda a antes o Poder Legislativo), à forma de governo.

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um dos articuladores do grupo presidencialista, disse ontem a este jornal que pretende votar o sistema de governo no final do prazo, pois, como ele mesmo reconheceu, precisa de todo o tempo possível para mobilizar os constituintes da Sistematização favoráveis ao presidencialismo. "A guerra vai começar", previa o deputado José Genoíno, do PT, também presidencialista.

Segundo Sant'Anna, sua estratégia será encontrar fórmulas de "somar forças" entre os presidencialistas. Isso porque os deputados e senadores presidencialistas do PMDB e PFL apóiam uma emenda do deputado Theodoro Mendes, que inclui o mandato de cinco anos para o presidente.

PROPOSTAS DA ESQUERDA

Os presidencialistas de esquerda — PDT e PT — reúnem-se em torno da proposta do deputado Vivaldo Barbosa, com quatro anos e possibilidade de o Con-

Os novos prazos da Comissão

por Andrew Greenlees
de Brasília

Os líderes partidários operaram ontem drásticas mudanças no cronograma da Constituinte com o objetivo de acelerar os trabalhos de elaboração da nova Carta. Segundo previsão do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), o novo mecanismo de apreciação do seu projeto permite a promulgação no final de janeiro do próximo ano.

A Comissão de Sistematização teve seu prazo prorrogado por vinte dias úteis, consideradas as segundas, terças e sextas-feiras, em período integral, e os sábados pela manhã. A partir do próximo dia 4, passará a funcionar também o plenário da Constituinte, reunin-

do todos os 559 membros, que darão a forma final ao texto. Os títulos votados na Sistematização serão automaticamente encaminhados ao plenário.

Estipulou-se ainda um prazo máximo de análise de cada título do projeto na Sistematização. O sistema de governo e organização dos poderes, por exemplo, terá quatro dias a partir de amanhã (ver matéria nesta página).

Pelo acordo firmado ontem, e oficializado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os principais temas dentro de cada título serão votados em regime de "preferência". Os dispositivos secundários que não forem analisados serão remetidos a plenário na forma como se encontram no projeto do relator Cabral.

gresso, por maioria absoluta, aprovar votos de censura a ministros. Para chegar a um acordo que una as duas correntes presidencialistas, Barbosa poderia abrir mão destes dois pontos, votando-os mais adiante.

Os parlamentaristas, por sua vez, mostram-se mais otimistas quanto a seu projeto. "Teremos 57 votos contra 36", prevê um dos articuladores do grupo, o senador José Richa, do PMDB do Paraná.

Um dado estritamente conjuntural poderá trazer surpresas na votação do sistema de governo. Dos 24 votos do PFL na Comissão de Sistematização, 17 são considerados parlamentaristas. Circulava ontem a hipótese, porém, de que uma eventual candidatura do ministro Aureliano Chaves à Presidência da República poderia levar alguns pefelistas parlamentaristas a ausentarem-se do plenário, deixando o lugar para suplentes presidencialistas.

Aprovada autonomia do Distrito Federal

por Andrew Greenlees
de Brasília

A população do Distrito Federal elegerá seu próximo governador, caso o plenário da Constituinte confirme a decisão de ontem da Comissão de Sistematização. Atualmente, o governador do DF é escolhido pelo presidente da República.

Numa agitada sessão — em que discursaram diversos representantes da bancada federal de Brasília — os constituintes rejeitaram por 83 votos a oito emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) que remetia à lei ordinária a "organização administrativa e judiciária do Distrito Federal". Foi mantido o texto do relator Bernardo Cabral.

"Brasília é o sonho de

Juscelino e ele me disse que desejava a autonomia da cidade", afirmou, sob aplausos, a deputada Márcia Kubitschek, filha do ex-presidente da República, eleita pelo PMDB do Distrito Federal.

Por outro lado, o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), filho do primeiro prefeito do DF, condenou a eleição direta para governador. A bancada de oito deputados federais e três senadores eleitos por Brasília foi unanimemente a favor da autonomia.

O texto de Cabral determina que a eleição do governador do Distrito Federal coincidirá com a do presidente da República, para mandato da mesma duração, a ser definido adiante. Para os demais governadores já está fixado o mandato de quatro anos.